

A REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO DA AGROECOLOGIA: TRABALHANDO AS PRÁTICAS ORGÂNICAS NO ASSENTAMENTO INDEPENDÊNCIA NOSSA SENHORA DO CARMO, PACATUBA, SERGIPE.

Maria Normélia Bispo Santos¹, Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Residência
Agrária - Universidade Federal de Sergipe;

Fernando Fleury Curado², Pesquisador, Embrapa Tabuleiros Costeiros,

¹ normeliabispo@yahoo.com.br

² fernando.curado@embrapa.br

Resumo:

Este artigo foi desenvolvido no contexto agrário de Sergipe com as famílias camponesas assentadas do P.A. Independência Nossa Senhora do Carmo, tendo como temática a agroecologia. Objetivou-se a compreensão da visão das famílias assentadas em relação à produção agroecológica e o seu diálogo com a luta pela posse e permanência na terra, correlacionando as relações do homem com a biodiversidade. Foram realizadas entrevistas e rodas de conversa, levando em consideração os valores socioeconômicos, políticos e culturais. Os agricultores/as falaram da importância do conhecimento de novas práticas agroecológicas no campo da agricultura familiar camponesa, fortalecendo o desenvolvimento da produção orgânica, a alimentação saudável, a qualidade de vida humana, animal e vegetal e a diversificação de culturas sem uso de agrotóxicos.

Palavras – chaves: agroecologia, camponeses, terra.

Nome do GT: Agroecologia

Introdução

Este artigo tem por finalidade apresentar e analisar as práticas e as experiências agroecológicas desenvolvidas por trabalhadores rurais no contexto da Reforma Agrária. Foi realizada como conclusão da disciplina de agroecologia no curso de pós-graduação em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe. As ações ocorreram no Projeto de Assentamento (PA) Independência Nossa Senhora do Carmo, localizado a 18 km da sede do município de Pacatuba, a 134 km de Aracaju, na região norte do estado de Sergipe.

A pesquisa foi conduzida de forma participativa, abrangendo a biodiversidade dos sistemas de produção dos agricultores/as assentados/as. O objetivo central foi o de promover o diálogo com as famílias camponesas, identificando como estão lidando com a terra e as relações produtivas no contexto da agroecologia.

A agroecologia é uma ciência que surgiu e ampliou-se a partir da contribuição de diversas áreas do conhecimento, intercalando os valores humanistas e as ações humanas

tanto na preservação ambiental como também na perspectiva da reconstrução da natureza diante das várias consequências de ações antrópicas negativas como o enfraquecimento do solo causado pelos poluentes químicos, perda da biodiversidade, disseminação dos alimentos transgênicos, uso intensivo de agrotóxicos, desmatamentos, monocultivos, dentre outros.

Neste contexto, a partir do envolvimento de diferentes atores institucionais em diversas partes do mundo e, principalmente, dos Movimentos Sociais, vem-se ampliando o pensamento agroecológico tanto no eixo acadêmico, científico como nos setores ligados ao campesinato. Neste movimento, ampliam-se os incentivos aos camponeses a partir de novas práticas e políticas públicas, assim como pelo resgate do conhecimento tradicional. São práticas como a seleção e produção própria de sementes, tecnologias orgânicas de produção, como a adubação verde, compostagem, alternativas caseiras de controle de pragas e doenças, consorciamento, dentre outras, agregando valor à produção e priorizando os conhecimentos locais dos sujeitos no uso da terra e no relacionamento com a natureza. Essa perspectiva pode ser observada na leitura de Altieri (2012). Para o autor:

A agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de ecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de partes externas de energia. A proposta agroecologia enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua propriedade e a sua sanidade dos cultivos (Altieri, 2012, p.105).

Há um conjunto de fatores e princípios que norteiam os agroecossistemas (comunidades de plantas e animais) que interagem com o ambiente físico e químico. Esses elementos vão além dos aspectos ambientais, pois consideram a interação com o elemento humano na perspectiva da soberania alimentar e nutricional (soberania popular), pois as práticas agroecológicas são vivenciadas no contexto da agricultura realizada pelas famílias camponesas.

Segundo Machado e Machado Filho (2014), entende-se por agroecologia:

“(...) um método, um processo de produção agrícola-animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos (...) (Machado; Machado Filho, 2014, p. 36)”.

Já para Altieri (2012):

“(...) a Agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Como ciência, baseia-se na *ampliação da Ecologia para o estudo, o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis* (...) (Altieri, 2012, p. 15)”.

A agroecologia está alicerçada em duas vertentes: de um lado a produção orgânica, as práticas agroecológicas, as tradições culturais originárias dos antepassados, dos índios, escravos, das comunidades tradicionais. Do outro, a crítica ao modelo de produção baseado no uso intensivo dos insumos, como os fertilizantes químicos, agrotóxicos ou venenos, no monocultivo, no manejo equivocado dos solos, perda da agrobiodiversidade, dentre outros. Ou seja, na crítica às consequências do processo de industrialização da agricultura de base “conservadora” que vem se ampliando fortemente no campo, fortalecendo o agronegócio. Essas práticas são fatores predominantes na degradação da natureza. Como afirmam Machado e Machado Filho (2014):

“(...) a agricultura camponesa é esmagada pela “modernização conservadora” em sua máxima expressão, a fracassada “revolução verde”, que é, também, a expressão máxima da destruição da agrobiodiversidade, a negação da natureza: monoculturas, técnicas capital-intensivas, expulsão dos camponeses do campo, marginalidade e criminalidade urbana (...) (Machado; Machado Filho, 2014, p.31).

Diante da modernização conservadora, a partir da industrialização no campo, os camponeses foram expulsos das suas terras para as grandes cidades em busca de empregos. Essas ações violentas ocasionaram a fome, a miséria, concentrando a posse das terras nas mãos de poucos. Os conflitos e embates refletem fortemente no campesinato, na harmonia homem e natureza, nas lutas de classes, nas organizações dos movimentos sociais, na expectativa de liberdade e se unem às causas dos trabalhadores que lutam pela subsistência humana, soberania alimentar e demais direitos humanos. Entrelaçada nesse contexto minucioso emerge a agroecologia com a reflexão-ação sobre o homem/mulher e suas dinâmicas nos agroecossistemas em ruptura com o modelo de produção do agronegócio.

No que se refere à concentração fundiária da terra há duas classes em jogo que se contrapõem no eixo da questão agrária: a classe dominante, ou seja, a burguesia e, do outro lado, a classe trabalhadora, os movimentos sociais. Dentre estes, o Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que disputa o território e a luta pela posse da terra genuinamente na perspectiva de soberania popular.

Diante da ideologia dominante, a terra é um objeto de especulação pela elite brasileira. Os latifundiários se apropriam do poder, concentram a propriedade, expulsam os camponeses do campo, retiram os trabalhadores da terra e do contato com a natureza. Mas a narrativa judiciária é controversa e desumana. Retira os camponeses e acampados do campo de forma brutal, violenta, ‘pisoteando’ os homens, mulheres, jovens e as crianças, hasteando fogo nos barracos, esmagando as lavouras, a produção, os recursos de subsistência dos Sem Tetos, Quilombolas, Sem Terra, Meeiros e outras categorias. Como ressalta Melo (2009):

“(...) os confrontos no campo já começam a desestabilizar a paz social fundada na miséria passiva. A nova etapa já começou, por meio do acionamento natural de soluções policiais e judiciais para criminalizar o MST. Os mecanismos da justiça comum, baseados nas legislações cíveis e penal em vigor, são, porém imprestáveis para resolver essas pendências. Eles não são simples conflitos de posse, mas verdadeiros conflitos sociais de envergadura histórica. Aplicada essa legislação de forma mecânica contra o MST, como se o movimento fosse uma simples ação de um grupo de indivíduos contra a propriedade, a crise no campo vai se agravar (...) (Melo, 2009, p.92)”.

Os trabalhadores, homens e mulheres do campo ao vivenciarem esse cenário político, e sentindo essa angústia, os massacres e a violação dos direitos humanos, resistiram em suas organizações apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBS) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à Igreja Católica progressista constituída em junho de 1975. Neste contexto de articulações no campo popular surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reforçando as ocupações massivas em várias regiões do Brasil. Os trabalhadores, as lideranças envolvidas na luta, articularam-se em busca da posse da terra para manter homens e mulheres, camponeses, meeiros, arrendatários, indígenas e outras categorias no campo. A libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de “coisas”. Neste sentido, não se trata de autolibertação, pois ninguém se liberta sozinho. Ao mesmo tempo, não é libertação de uns, realizada por outros (FREIRE, 1987, p.30).

Com isso, dizer não à violência e à ‘mais-valia’, concentração do poder e da terra, desigualdade social, ao uso de agrotóxicos na natureza e à erosão genética das sementes crioulas, dentre outros, corresponde a dizer sim à vida. Desta forma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) questiona o uso da função

social da terra. No período de 1984 a 1989, deu-se a consolidação do movimento em nível nacional, representando um marco histórico, político, ratificado pelas lideranças camponesas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), afirmando o compromisso com luta pela reforma agrária. Em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, o MST realizou o seu primeiro Encontro Nacional. A pauta das discussões recaiu na reforma agrária, a terra para quem nela trabalha. Para Melo (2009):

(...) a ideologia no Direito é um falseamento da realidade social, que amortece o conflito na sociedade e obstaculiza uma abordagem aprofundada do conhecimento acerca das ações judiciais. Por isso, abordagem da ideologia como falsa consciência- produto objetivo subjetivado de uma realidade social em conflito estrutural – é apontada como obstáculo epistêmico ao verdadeiro conhecimento que transformações sociais. Uma vez que, a função do Direito por um lado estimula as significativas dos limites que as previsões constitucionais encontram na realidade concreta (...) (Melo, 2009, p. 16-17).

No seu artigo 186, a Constituição Federal refere-se à função social da terra que é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (CF, 1988, p. 86 *apud* Melo, 2009, p.16).

A agroecologia caminha nesta perspectiva, correlacionando a luta pela posse da terra e relação harmoniosa com a natureza. Para os trabalhadores rurais, a agroecologia é uma ciência que vem instigando e exigindo da classe trabalhadora o respeito pela vida humana, pelo direito a terra, à alimentação saudável, pela natureza sem poluentes químicos, pela sociobiodiversidade.

A Reforma Agrária tem o mesmo objetivo, ou seja, o de resistir, de lutar por um novo espaço de produção e de vida, de plantar de forma diversificada sem degradar o solo, respeitando a natureza. O objetivo é que os camponeses tornem-se os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento (ALTIERE, 2004).

Nesse sentido a agroecologia vai de encontro ao agronegócio, já que os princípios da agroecologia são baseados na diversidade de cultivos e, ao mesmo tempo, na produção em pequena escala potencializando os recursos locais e o respeito ao ambiente.

Como afirma Altieri (2004):

A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri, 2004, p.56).

No presente trabalho, verificou-se como a teoria e as discussões acadêmicas se relacionam com as práticas metodológicas vivenciadas pelos camponeses/as em Sergipe. Neste sentido, num primeiro momento, procurou-se resgatar o histórico da luta e da conquista do assentamento e, em seguida, compreender o modo como as famílias assentadas estão se organizando e produzindo e os aspectos relacionados com a agroecologia.

Metodologia

O Assentamento Independência Nossa Senhora do Carmo localiza-se no município de Pacatuba, estado de Sergipe, distante 134 km da capital sergipana, no litoral norte, mesorregião do Leste Sergipano e microrregião de Japarutuba.

O imóvel, com uma área de 2.812,36 hectares, foi desapropriado em outubro de 2000 para o assentamento de 90 famílias em duas grandes áreas: os lotes de trabalhos e os lotes urbanos (INCRA, 2005; 2010).

A atividade de pesquisa foi realizada com cinco (05) famílias, correspondendo ao número de vinte (20) participantes, sendo cinco (05) mulheres, cinco (05) homens, seis (06) jovens e quatro (04) crianças. A ação foi realizada no contexto da disciplina “Prática Agroecológica no Curso de Residência Agrária”, sendo desenvolvida durante o período de três meses, ou seja, de dezembro de 2013 a março de 2014.

O trabalho foi desenvolvido em diferentes etapas. Inicialmente foi selecionado o tema que seria desenvolvido com as famílias. Em seguida, as unidades de produção das famílias foram visitadas, quando estas foram convidadas para a realização de práticas agroecológicas em seus próprios lotes. Foram observadas as hortas orgânicas, criações de animais e demais práticas produtivas, buscando-se a compreensão sobre como a agroecologia pode contribuir com a luta e permanência na terra.

Posteriormente foram realizadas reuniões com as mulheres, homens, jovens e crianças, com a participação de parceiros externos que desenvolvem projetos no assentamento. Neste momento foram realizadas entrevistas junto às famílias e uma oficina sobre as práticas agroecológicas relacionadas com a adubação orgânica.

Finalmente, foram realizadas rodas de conversa, na oportunidade em que foram avaliados o modelo de produção convencional e o modelo da produção agroecológica. A expectativa esteve embasada na formação social dos sujeitos do campo, estimulando e valorizando seus conhecimentos históricos.

O trabalho foi baseado nas contribuições teóricas discutidas em sala de aula acerca da produção do conhecimento, fundamentado na pedagogia freireana com base na contextualização/objetivação/sistematização dos dados coletados de modo a solucionar as problemáticas vivenciadas no contexto agrário.

A pesquisa foi supervisionada pelos professores da disciplina Agroecologia e teve como base principal e metodológica: envolver as famílias, as crianças, os jovens e os adultos nas tarefas educativas do campo, a partir de rodas de conversa, favorecendo a troca de experiência, o diálogo, a reflexão coletiva e individual das famílias assentadas.

Breve histórico da luta pela terra

A luta pela posse da terra é um conjunto de fatores e saberes que transita dentro da questão agrária desde os princípios das organizações das lutas de classes tanto na esfera Estadual quanto na Federal. São ações transversais que caminham em duas vertentes: de um lado a conjuntura política do poder da dominação a exploração, a desigualdade social. Do outro, os trabalhadores, os Sem Terra que lutam pela posse da terra, por igualdade social. Como afirmam Mendonça e Stedille (2006):

[a] questão agrária [é] o conjunto de inter-relações derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial “mais adequada” para o desenvolvimento nacional (Mendonça; Stedille, 2006, p.78).

Partilhando dos mesmos princípios, considera-se aqui que a desigualdade é o resultado da ação da classe burguesa e o seu discurso contraditório. De um lado, promove a expulsão homem do campo e a concentração da propriedade, com o acúmulo da riqueza. De outro se apropria da força do trabalho, da mão de obra barata, o trabalho escravo, a ‘mais valia’.

Nesta perspectiva, os primeiros trabalhos de base realizados em torno da luta pelo Assentamento Independência Nossa Senhora do Carmo, antiga Fazenda Santana,

(também como comunidade de Lagoa Nova) foram através da organização dos trabalhadores rurais e das famílias camponesas. A antiga fazenda pertencia aos frades Carmelitas que viviam na Missão Santana dos Frades. Os frades doaram aos moradores da região, assim como para Nossa Senhora Santana, uma parte da terra para a produção de alimentos. Após a saída dos frades, os posseiros permaneceram na área doada (SILVA, 2002).

Alguns fazendeiros da região não respeitaram a doação realizada, diante da ausência de documentos que comprovassem a doação e foram se apropriando das terras. As lutas se sucederam através da dor e da angústia dos camponeses ao verem, por exemplo, suas lavouras de mandioca, milho e feijão sendo gradeadas pelos tratores e empregados a mando do gerente da Usina Seragro/Sergigy, arrendada por um dos ditos proprietário das terras.

Ao perceber que os trabalhadores rurais estavam sendo ameaçados e tendo as roças invadidas pelos pistoleiros da usina, a Pastoral da Terra e a Diocese de Propriá prestaram solidariedade, contribuindo na luta dos trabalhadores. A partir deste apoio, os trabalhadores se reuniram e se organizaram para lutar pela posse da terra. Em 1996, o grupo recebeu ordem de despejo pelo Juiz da Comarca de Pacatuba. O despejo foi profundamente violento, sendo realizada a queima de barracos, documentos e roupas dos posseiros.

Em seguida, o grupo realizou três ocupações ao INCRA buscando a efetivação do processo em favor dos posseiros. As famílias ficaram alojadas durante seis meses em barracos de palha no Cruiri, área que já havia sido desapropriada e onde estavam assentadas cerca de 40 famílias. Dessa forma, as conflitualidades vivenciadas fizeram com que os posseiros, nascidos e criados na região, buscassem o envolvimento e apoio das comunidades circunvizinhas, dialogando sobre a realidade da concentração de terras na região e demarcando os momentos históricos da luta pela posse terra até a sua conquista, em 2000 (BRASILIA, 2006).

Em direção à agroecologia: a organização familiar

O passo inicial do trabalho de pesquisa ocorreu com um diálogo com os assentados, aqui denominados “informantes”. Assim, foram realizadas as seguintes indagações para quatro informantes: **Como vocês produzem? Vocês utilizam**

adubação verde? O que vocês compreendem por agroecologia? Vocês plantam para a subsistência das famílias ou para o comércio interno ou externo?

O informante 01 informou que vive da agricultura familiar e depende dela para a sua sobrevivência. Os assentados estão organizados em associações e, muitos deles, estão inseridos, com os filhos, na associação de pesca e, outros, em grupo de produção de artesanato.

Segundo o informante 04, no início da plantação tudo era difícil, pois nos lotes da agrovila a terra é fraca, arenosa. Segundo o agricultor:

“A areia de ‘caatinga’, por mais que nós aguássemos para cultivar as hortaliças, a terra absorvia a água em pouco tempo. Aos poucos fui descobrindo novo jeito de lidar com a terra, tomei coragem e fui modificando a terra, fui fazendo composto com esterco do gado, folhas secas, fazendo adubação verde (...) Fomos cobrindo as leiras com folhas, galhos secos, palha de coqueiros para manter a terra úmida, garantir os nutrientes, proteger as plantas do solo” (Informante 04, Pacatuba, 10/02/2014).

Enriquecer o solo e cuidar das plantas com os insumos orgânicos é proteger a natureza e garantir a vida humana (TAVARES, 2009). É dizer não as doenças causadas pelo uso do agrotóxico. No entanto, quando se refere à agroecologia trata-se da necessidade humana, da formação crítica, assim, agregam-se outros valores, refletindo as ações comprometidas com as mudanças da realidade, conforme Freire (1997):

O homem pode refletir sobre si mesmo e se um determinado momento, numa certa realidade: é Um ser na busca constante de ser mais e pode fazer estar auto – reflexão, pode descobrir – se como um ser inacabado, que está em constante busca (FREIRE 1997, p.27)

O informante 01 revelou que desde 2011 vem lutando, incentivando os assentados e outras comunidades, associações, famílias e vizinhanças a fazerem hortas nos lotes da agrovila, no quintal da casa e em uma área coletiva para ampliar a qualidade de vida e renda das famílias.

Ao ser indagado sobre a origem da iniciativa de fazer hortas agroecológicas e da organização coletiva, o informante 01 respondeu:

“Partiu comigo, das reuniões e discussões na construção do acampamento. Nunca pensei em individual. Assim que tenho oportunidade, que sai uma linha de crédito é preciso olhar o outro. O povo organizado, pensa coletivo, caminha junto, na busca da transformação social. Então fui informado que ia haver

a chamada pública na prefeitura de Pacatuba e fui convidado para participar da reunião, o tema em discussões era o PNAE, que é um projeto do governo que tem como objetivo comprar metade da merenda escolar aos trabalhadores rurais. Daí em diante demos seguimentos ao plano de ação, ao projeto que já tinha em ação que era dialogar com os companheiros e incentivá-los a plantarem e produzirem dentro do contexto da agroecologia da biodiversidade, respeitando a natureza e agregando valores na produção para garantir o desenvolvimento sustentável das famílias camponesas, não só dos assentamentos mais da região. É gratificante os saberes que os seres humanos têm na convivência de mundo, vê-los conhecerem novas práticas metodológicas e incentivá-los que teremos alimentação saudável e ninguém passar fome” (Informante 01; Pacatuba, 09/12/2013).

Experiência e vivenciada

A informante 02 é filha de agricultor, nasceu no povoado Tigre, próximo à fazenda Serigy, vivendo na área do assentamento desde criança e, ainda pequena, já trabalhava na roça com os pais. Ou seja, já desenvolvia uma relação com a terra, com a natureza, com os animais e outros seres ali existentes.

Indagada sobre o modelo de produção dos antigos habitantes da região e como se relacionavam com a natureza e sobre o modo como, atualmente, as famílias assentadas produzem no assentamento, obteve-se a seguinte resposta:

“Nasci e cresci no campo, cuidando dos animais, trabalhando de roça, catando mangaba. Casei, tive dez filhos e criei meus filhos trabalhando alugado nas fazendas, trocando dia com os companheiros para botar as roças, pescando, fazendo as mesmas tarefas, atividades que aprendi com meus pais. Nunca estudei. Agora, aos cinquenta e oito anos, já aposentada estou estudando, aprendendo a cuidar da horta, das plantas medicinais, da terra tudo é delicado. Hoje graças aos projetos e às oficinas e palestras, já sei como lidar com a terra com a biodiversidade. Por exemplo: fazer a cobertura do solo, o encobrimento da terra com folhagem... os restos para a terra ficar úmidas, as plantas ficarem equilibradas, nutridas, não perderem os nutrientes. Ficarem amarelas, secas e morrem. Eu botava roça, plantava milho, feijão, batata doce e outros legumes, produzia para a sobrevivência, dava duro para não faltar o pão” (Informante 02. Pacatuba, 13/12/2013).

Essas atividades foram relatadas como ações culturais que vão passando dos pais para os filhos, de gerações a gerações. As famílias assentadas não utilizam produtos

químicos na plantação da mandioca, milho, feijão e outros. Na opinião deles, as terras são boas, por isso, só utilizam adubos orgânicos, sem uso de agrotóxicos.

Um dos problemas abordados foi o cultivo da cana-de-açúcar. Alguns agricultores que vivem do corte da cana como trabalhadores em usinas da região. Estas usinas utilizam um grande volume de agrotóxicos. Os trabalhadores sabem que o uso do agrotóxico tem causado diversas mortes e muitas dessas vítimas são mulheres que são intoxicadas pelos venenos utilizados na lavoura.

Segundo Organização Mundial de Saúde, são provocados 20.000 óbitos por ano em consequências da manipulação, inalação e consumo indireto de pesticidas, nos países em desenvolvimento, como o Brasil (RIBEIRO et al, 2004). A vigilância Sanitária (ANVISA) ressalta que o uso intenso de agrotóxico levou a degradação dos recursos naturais – o solo, água, flora e faunas – em alguns casos de formas irreversíveis, levando o desequilíbrio biológico.

Em relação ao uso de práticas agroecológicas o informante 03 realiza a seguinte observação:

“Hoje graças à iniciativa de Paulo, o presidente da associação cerquei o lote urbano, dez (10) vara de terra, (...) cerquei de tala de coqueiro, e aos poucos fui aprendendo fazer adubo orgânico com esterco de gado, folhas secas, água, resto de comida, frutas, legumes e outros (...) também aprendi fazer fertilizante natural à base de erva utilizado no controle de pragas, insetos, fungos, bichos que atacam o plantio de tomate, pimentão e outros. Tem uns insetos que corta o tomate, pimentão assim que eles estão novinhos, na fase de crescimento, os insetos corta a planta durante a noite, no decorrer do dia, procuro e não encontro. Acho que eles se escondem na terra, mexo a terra, reviro, mas nunca encontro. Fico triste quando vejo as plantinhas cortadas, parece que foi cortada de tesoura: ainda não descobrir um jeito de matar, eliminar esses insetos” (informante 03, Pacatuba, 15/12/2013).

Sobre a percepção sobre o conceito de agroecologia, a informante 02 aponta:

“Agroecologia é a natureza, é plantar sem desmatar, sem fazer queimadas, e limpar os matos de enxada, deixar de lado, debaixo de um pé arvores as ramadas, tira as madeiras sem deixar a terra nua, proteger a natureza. Plantar sem adubo químico sem infectar a terra, não poluir o meio ambiente” (Informante 02, Pacatuba, 13/12/2013).

Em relação às experiências locais de comercialização dos produtos agroecológicos, o informante 03 informa:

“Parte da produção é destinada para o consumo da casa. A parte maior sendo para a merenda escolar do próprio assentamento; eu estava fazendo as entregas duas vezes por semana, mas nesses últimos dois meses não cuidei da horta como deveria. Viajei várias vezes por motivo de saúde, a produção baixou (...) a plantação foi enfraquecendo por falta de água e cuidados adequados, cortei uma boa parte para refazer um novo plantio. Quando as aulas voltarem já estou com uma plantação nova, com frutos bons, de boa qualidade. Quero continuar plantando mesmo com todas as dificuldades (Informante 03, Pacatuba, 15/12/2013)”.

Outra questão vivenciada no assentamento, diz respeito ao envolvimento da juventude local nos processos produtivos, conforme destacado pela informante 05. Segundo ela, é preocupante o descuido, o descaso que boa parte dos jovens tem em relação à natureza, com a agricultura familiar, a troca de saberes, ou seja, o aprendizado, o legado deixado pelos agricultores. Sobre esta questão, o informante nº 06, ressalta:

“É verdade! Nasci na roça, trabalhando com meus pais, aos 06 e 07 anos já ia levar comida a meu pai nas roças com meus irmãos mais velhos, no período da tarde nos juntava as varas, garranchos, pedaços de madeiras espalhados no roçado e fazia coivara. Nós plantávamos, contribuía nas atividades” (Informante 06, Pacatuba, 18/01/2014).

Correlacionando a vivência do passado, das gerações anteriores com a atual, a diferença é grande e está entrelaçada em influências culturais, sociais, do meio em que vivem os agricultores.

Em relação às dificuldades encontradas no campo das práticas agroecológicas o informante 06 destaca:

“a maior dificuldade é controlar as pragas, os insetos na hortaliça, não é nada fácil matar o pulgão que dá na plantação, são brancos parecem mofo. O bom de tudo é porque não precisamos comprar, produzimos para nós mesmos. É bom estar em contato com a natureza, a troca de experiência com as outras pessoas faz bem à saúde, a vida em comunidade é boa. É dom de DEUS” (Informante 06, Pacatuba, 20/01/2014).

Considerações Finais

Percebe-se que a maneira de produzir agroecologicamente tem uma grande aceitação pelos assentados por trazer elementos de um modo de produção tradicional. De forma consciente, compreendem que a agroecologia é viável e traz um bom retorno às famílias que produzem utilizando-se de tecnologias orgânicas, contribuindo na saúde

das famílias e na maneira como suas terras vêm sendo preservadas, açudes, mananciais entre outros.

Os agricultores percebem que já trabalhavam quase sem veneno e as reflexões e discussões fizeram aumentar o interesse pelo assunto, especialmente pela diversificação dos cultivos.

A agroecologia é um assunto que precisa ser mais refletido junto aos grupos de agricultores familiares, pois reflete muitas das práticas já desenvolvidas nas localidades. A discussão coletiva, por outro lado, favoreceu a socialização das experiências e o surgimento/aprimoramento das técnicas a partir do conhecimento dos próprios agricultores.

Alguns informantes já estão produzindo com o propósito de vender para a alimentação escolar e, com essas discussões sendo realizadas nos assentamentos, a agroecologia ganha campo e novos interessados, ao perceberem que podem contribuir com a sustentabilidade de suas famílias.

Diante do exposto, considera-se que esta pesquisa contribuiu no diálogo, na partilha de ideias, caminhando junto com os agricultores e agricultoras em busca do aprendizado no mundo da cooperação social. Neste sentido, os saberes populares se entrelaçaram com o conhecimento científico na busca de solução das problemáticas encontradas no assentamento.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 110 p.

ALTIERI, Miguel **Agroecologia**: as bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed. São Paulo, Rio de Janeiro : Expressão Popular, AS-PTA 2012. 400 p.

BRASILIA. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. Relatório de Missão de denúncias de violações de direitos humanos da Relatoria Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural à Comunidade de Lagoa Nova, Assentamento Independência - Nossa Senhora do Carmo, Pacatuba, Sergipe. Brasília, 2006. Disponível em:

| <http://www.dhescbrasil.org.br/attachments/307_01_lagoanova.pdf> Acesso em: 04 jan.2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, L.C. P. **Dialética da agroecologia**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MENDONÇA, Sônia Regina; STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

MELO, Tarso de. **Direito e ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural**. 2 ed. – São Paulo : Outras Expressões, Dobra Editorial, 2012. 216 p.

_____. **Direito e ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009. 192 p.

RIBEIRO, E. M.; PIRES, D.; BLANK, V. L. G. A teorização sobre o processo de trabalho em saúde como instrumental para análise do trabalho do Programa de Saúde da Família. *Cad.Saúde Pública*, São Paulo, v. 20, n. 2, 2004.

SILVA, Rosemiro Magno da. **A luta dos posseiros de Santana dos Frades**. São Cristóvão: Editora da UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2002. 354 p.